

Orçamento aprovado traz recorde de investimentos

Relatório de Romero Jucá sobre o Orçamento Geral da União de 2005, aprovado ontem à noite pelo Congresso Nacional, eleva de R\$ 11,5 bilhões para R\$ 21 bilhões os investimentos. Na proposta, o salário mínimo está fixado em R\$ 300 a partir de maio e o valor total das receitas (e despesas) chega a R\$ 1,6 trilhão

Páginas 2, 3 e 4



Alcineia Moutz

SUBSTITUTIVO Senadores e deputados reuniram-se ontem à tarde para votar o texto final do Orçamento, com as emendas propostas pelo relator e aprovadas, em reunião pela manhã, na Comissão Mista

Definida compensação para estados exportadores

Proposta do relator Romero Jucá, aprovada pela manhã na Comissão Mista de Orçamento e à noite em Plenário, definiu em R\$ 5,2 bilhões os recursos para compensar perdas dos estados exportadores.

Página 2

Reação da economia pesou na definição dos recursos

Congressistas avaliaram que recuperação da economia deve prosseguir ano que vem, aumentando a arrecadação tributária do governo. Também figuram na previsão ganhos com cobranças judiciais.

Página 4

CPI DO BANESTADO

Mesa analisa pedido para anular reunião final

Mesa do Senado deve apreciar recurso que pede anulação da sessão que determinou o encerramento, sem aprovação de relatório, dos trabalhos da CPI do Banestado.

Página 3

Acordo garante mínimo de R\$ 300 em maio e reajuste na tabela do IR

Relatório também prevê R\$ 5,2 bilhões para compensar perdas de estados exportadores

Com votos contrários do PSDB e do PFL, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem de manhã o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a proposta orçamentária para 2005, com receitas no valor de R\$ 1,6 trilhão. Entre os destaques estão a alocação de R\$ 5,2 bilhões para compensar as perdas dos estados exportadores (Lei Kandir), o aumento do salário mínimo para R\$ 300 a partir de 1º de maio e o reajuste em 10% da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

A comissão aprovou também o segundo relatório do Comitê de Avaliação de Receita Orçamentária, com dois adendos prevendo um acréscimo bruto de receita de R\$ 23,7 bilhões para ajudar a fechar as contas



CONCLUSÃO Relator da proposta orçamentária, Jucá (E) cumprimenta o deputado Paulo Bernardo, presidente da Comissão Mista de Orçamento

do orçamento fiscal e da seguridade social do próximo ano.

Outros dois relatórios foram acolhidos: o do comitê de avaliação das emendas do relatório e o do comitê de avaliação das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), além da relação das obras e serviços com indícios

de irregularidades graves.

No encaminhamento da votação, a oposição não poupou críticas ao relatório. O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) questionou o reajuste na previsão do produto interno bruto (PIB), de 4% para 4,3%, proposto pelo relator para o próximo ano. Em resposta, Jucá informou que

o crescimento do PIB proposto foi calcado em dados técnicos divulgados pela área econômica do governo federal.

Tramitação

Tanto oposição quanto parlamentares da base do governo criticaram a tramitação da proposta orçamentária. O líder do governo, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), anunciou que "há compromisso do futuro presidente do Congresso de construir um novo modelo". Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) considerou necessário que o Legislativo promova mudanças na elaboração do Orçamento e o presidente da comissão, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), destacou que há consenso para aperfeiçoar o processo.

Também foi criticada pela oposição a ausência de previsão, no Orçamento de 2005, de aumento na parcela do IPI destinada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Acertada no Senado quando da aprovação da reforma tributária, a proposta tramita na Câmara dos Deputados.

Executivo poderá modificar até 12% dos recursos previstos

A Comissão Mista de Orçamento aprovou, com modificações, destaque proposto pelo deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) para alterar o percentual que o Executivo tem direito de remanejar unilateralmente no Orçamento.

Com o apoio do relator, senador Romero Jucá, a comissão determinou que o percentual que o Executivo poderá modificar no Orçamento de 2005

será de 12%, e não 15%, conforme constava do relatório. O destaque apresentado por Goldman determinava a volta aos 10% atualmente em vigor. De acordo com a Agência Câmara, o percentual para 2004 foi fixado em 10% e o governo federal havia pedido o aumento para 20%. Em acordo anterior, a CMO havia fixado esse percentual em 15%.

A comissão rejeitou quase

todos os aproximadamente 1.400 destaques apresentados ao relatório final sobre a proposta orçamentária para 2005. A votação, em bloco, da grande maioria dos destaques acompanhou o parecer do relator, contrário a qualquer modificação no texto. Em torno de 50 itens foram examinados em separado a pedido dos parlamentares. A maioria foi rejeitada. Alguns tiveram a análise

adiada para o Plenário. Muitos parlamentares desistiram do pedido de exame em separado de seus destaques, retirando as propostas de pauta.

Romero Jucá esclareceu que apresentou parecer contrário a todos os destaques que representariam aumento de gastos no Orçamento da União para 2005.

– Não temos recursos para ampliar gastos – afirmou.

Comitê de avaliação faz seis recomendações ao relator

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório do comitê de avaliação das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União, que apresentou seis recomendações ao relator Romero Jucá. Entre elas, a de realizar a votação em separado das obras e serviços com indícios de irregularidades graves, se o relator setorial propusesse a alocação de recursos em subtítulos que as contemplassem.

O comitê sugeriu que o relator acolhesse relação de novas obras para serem anexadas àquelas com indícios de irregularidades graves.

Outra recomendação foi a de que o relator excluísse ou incluísse no relatório final e no rol de obras e serviços com indícios de irregularidades graves aqueles em que o TCU considerasse saneados os indícios de irregularidades que ensejaram a paralisação cautelar das obras ou aqueles em que o tribunal identificasse indícios de irregularidades graves não informados anteriormente.

O relator deve propor à Comissão Mista de Orçamento que recomende ao TCU a rigorosa observância dos dispositivos legais que tratam das informações remetidas ao Congresso sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves, além de solicitar aos órgãos responsáveis esclarecimentos sobre o fato de determinados empreendimentos permanecerem na relação de obras com indícios de irregularidades graves desde 2002.

A última recomendação foi a de que o relator-geral explicitasse que as obras isentas de irregularidades graves devem ter sua execução física, financeira e orçamentária liberada.

O TCU encaminhou ao Congresso, em 30 de setembro, informações sobre a execução físico-financeira das obras fiscalizadas em 2004. Da relação constaram 248 subtítulos: 53 com irregularidades graves que ensejam paralisação, 90 com irregularidades graves que não ensejam paralisação, 32 com outras irregularidades e 73 sem irregularidades. Uma nova relação resultou em 72 subtítulos com indícios de irregularidades graves que recomendam a paralisação integral ou parcial das obras.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Congresso redesenha Orçamento e reforça investimentos para 2005

Parlamentares aprovam centenas de mudanças contempladas na proposta do relator Romero Jucá

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite o Orçamento Geral da União para 2005, que sofreu centenas de mudanças em seu conteúdo para valorizar programas e projetos que ajudarão a sustentar o crescimento da economia. Entre outras coisas, os deputados e senadores resolveram aumentar em mais de 80% os recursos destinados a investimentos, que passaram de R\$ 11,5 bilhões, como propôs inicialmente o Executivo, para R\$ 21 bilhões. Com a votação, deputados e senadores puderam entrar em recesso. A matéria será agora enviada à sanção presidencial.

Além disso, o Congresso Nacional encontrou verbas para que fosse possível conceder um aumento para o salário mínimo de 9% acima da inflação, o qual passará dos atuais R\$ 260 para R\$ 300 no dia 1º de maio do ano que vem (a proposta original não previa aumento real do mínimo). O Congresso também mexeu no Orçamento para possibilitar um reajuste de 10% na tabela de retenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Os parlamentares incluíram R\$ 5,2 bilhões em recursos para ressarcimento de estados exportadores, pela isenção de ICMS nas vendas para o exterior, discussão que se estendeu até a madrugada de ontem na Comissão Mista de Orçamento (veja reportagem na página 2).

Para sustentar os novos gastos e bancar a perda de arrecadação com a tabela do Imposto de Renda, o relator-geral do



RECESSO Sessão de ontem foi a última antes do fim dos trabalhos deste ano. Aprovação ocorreu por votação simbólica

Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), reestimou a previsão de arrecadação para 2005, levando em consideração o crescimento da economia. A reestimativa permitiu a utilização de R\$ 9,5 bilhões adicionais. Fora isso, o relator passou a contar com outros R\$ 13,2 bilhões de receitas atípicas no decorrer do ano, uma delas propiciada por uma decisão do STF que será favorável à Receita Federal (veja matéria na página 4). Para acomodar tudo, ele teve de fazer cortes de última hora nas emendas dos parlamentares, o que provocou diversas polêmicas, só contornadas em 28 reuniões seguidas com deputados e senadores, na tarde e na noite de terça-feira.

– Não foi fácil, porque tivemos de encontrar dinheiro para gastos não previstos pelo governo e para praticamente dobrar os investimentos. No final, aprovamos um orçamento que dará sustentação ao crescimento da economia no ano que vem, por causa

Previsões para 2005	
Números importantes aprovados no projeto da Orçamento Geral da União	
Total de investimentos	R\$ 21 bilhões
Receitas líquidas	R\$ 402,9 bilhões
PIB	R\$ 1,93 trilhão
Crescimento do PIB	4,32%
Inflação (IPCA)	6,47%
Salário mínimo	R\$ 300
Câmbio	R\$ 3,04
Taxa de juros (Selic)	15,5%

Programas sociais	
Previsão de investimentos dos projetos mais importantes	
	Em R\$
Bolsa-Família	6,7 bilhões
Agricultura Familiar	3,6 bilhões
Habitacões populares	648 milhões
Erradicação do trabalho infantil	541 milhões
Primeiro Emprego	140 milhões

dos investimentos – afirmou o senador Romero Jucá, no encerramento da sessão do Congresso Nacional que aprovou o projeto. A sessão durou mais de três horas e os governistas ouviram muitas críticas ao processo orçamentário. O projeto foi aprovado em votação simbólica de líderes, com voto

contrário do PSDB.

Depois da votação do Orçamento Geral da União para 2005, o Congresso Nacional aprovou ainda crédito suplementar para empresas estatais e quatro projetos que alteram a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual (2004-2007).

Líder do PFL promete obstrução sistemática ano que vem

Depois de recomendar aos senadores do PFL que votassem a favor do relatório de Romero Jucá, o líder José Agripino (RN) – foto – comunicou que seu partido vai obstruir “toda e qualquer votação”, quando os trabalhos legislativos forem retomados, até que a reforma tributária seja votada na Câmara.

Para Agripino, os R\$ 5,2 bi-

lhões alocados para compensar a perda dos estados exportadores com a isenção do ICMS “dão cobertura a reivindicações dos governadores”. O líder cobrou a aprovação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e a elevação dos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), medidas que integram acordo

firmado no Senado em torno da reforma tributária. Agripino manifestou preocupação com o adiamento da aprovação das matérias, importantes para a “unidade da Federação”.

Em resposta, Jucá informou que os recursos para o aumento do FPM virão de parcelas do IPI e do Imposto de Renda de que o governo federal abrirá mão.

Mesa poderá decidir sobre Banestado

O anúncio de encerramento da CPI do Banestado, feito pelo presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), em reunião na última segunda-feira, não significou o fim da polêmica em torno da investigação sobre a evasão de divisas por meio das contas CC-5.

A expectativa é que a discussão sobre o assunto seja retomada na próxima semana, quando a Mesa do Senado poderá se reunir para analisar recurso do relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP), e da líder do PT na Casa, senadora Ideli Salvatti (SC), solicitando o cancelamento daquela deliberação.

A última reunião da CPI evidenciou o impasse político entre Antero e Mentor, o que inviabilizou a votação do relatório final. Além de acusações mútuas de boicote à votação do relatório, as divergências entre os dois concentraram-se na data de encerramento dos trabalhos. Enquanto Mentor e Ideli, com o respaldo de parecer do 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), afirmavam que o prazo final se estenderia até 27 de fevereiro de 2005, Antero chegou a admitir a extensão do prazo até 19 de fevereiro, mas acabou decidindo por concluir tudo neste mês.

O presidente da CPI comunicou que remeteria ao Ministério Público o relatório final e os dois votos em separado, um de sua autoria e outro do deputado Edmar Moreira (PL-MG).

Se a resposta da Mesa diretora não for favorável ao recurso, Ideli e Mentor admitem a possibilidade de ingressar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Em meio a esse impasse, o 3º secretário do Senado, Heráclito Fortes (PFL-PI), delegou à Polícia do Senado a guarda dos documentos obtidos pela CPI. A medida foi adotada após Antero comunicar à Mesa do Senado a decisão de lacrar a sala-cofre onde os dados estão arquivados, repassando à Comissão Diretora da Casa, a partir de então, a responsabilidade pelo sigilo da documentação.



Gerardo Magela



Márcia Kollme

APURAÇÃO Antero de Barros anuncia que vai enviar relatório e votos em separado ao MP

Investimentos vão receber R\$ 21 bilhões

■ Proposta aprovada inclui R\$ 2,8 bilhões a serem retirados do superávit, conforme negociação com o FMI

O relatório final apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) praticamente dobra os investimentos de 2005, levando-se em conta a previsão inicial do Executivo. Conforme o documento, os investimentos somam R\$ 21 bilhões, contra a intenção do Palácio do Planalto de gastar R\$ 11,5 bilhões.

Se os investimentos previstos forem comparados ao que foi efetivamente liberado até 11 de dezembro de 2004, os valores podem ter um acréscimo superior a 200%, considerando-se que a União pagou R\$

6,8 bilhões este ano, segundo dados que o relator buscou no Ministério da Fazenda.

A cifra de investimentos usada por Jucá inclui R\$ 2,8 bilhões que serão tirados do superávit primário (usado no pagamento de juros da dívida pública) para aplicação no setor, de acordo com as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O dinheiro do superávit será usado na recuperação e construção de rodovias (R\$ 1,4 bilhão), em melhoria do sistema portuário (R\$ 226,1 milhões), no metrô de Belo Horizonte, na construção de eclusas no Rio Tocantins (hidrelétrica de Tucuruí), em projetos de irrigação e no aperfeiçoamento das receitas federal e previdenciária.

O relatório final contempla o aumento do salário mínimo

de R\$ 260 para R\$ 300 em 1º de maio de 2005, o que custará R\$ 2,5 bilhões a mais ao Tesouro Nacional, para bancar aposentadorias e pensões pagas pelo INSS e pagamentos de benefícios sociais. O relator descontou da proposta original do Executivo uma queda de receitas de R\$ 1,1 bilhão, correspondente ao reajuste de 10% na tabela de retenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Repasse

Jucá apresentou ainda solução para um impasse que nos últimos dias quase inviabilizou a votação do Orçamento de 2005 neste ano – o repasse de dinheiro aos estados que perdem ICMS nas exportações (Lei Kandir). O relatório destina R\$ 5 bilhões aos estados e sinaliza que outros R\$ 200 milhões negociados na semana passada



Fotos: J. Freitas

REFORÇO Substitutivo elaborado pelo senador Romero Jucá praticamente dobra os recursos para o setor, já que a previsão inicial era R\$ 11,5 bilhões

entre o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e os governadores virão da rubrica “restos a pagar” de 2004.

Romero Jucá aumenta ainda em R\$ 900 milhões os gastos com pessoal ativo e inativo no

próximo ano, subindo o valor para R\$ 91,7 bilhões. O valor adicional será usado em novas contratações no serviço público, em reestruturações de carreiras públicas e no novo teto salarial para o Judiciário.



AVALIAÇÃO Para Fernando Bezerra, proposta orçamentária deve chegar ao Congresso em abril ou maio, e não em agosto, como ocorre atualmente

Bezerra prevê novas regras para o exame do projeto

A votação apressada do projeto de lei orçamentária, como ocorreu nos últimos anos, não deve mais se repetir, avaliou o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso. Ele disse que já foi acertado com o “futuro presidente do Congresso, Renan Calheiros”, a instalação de uma comissão mista que proporia um novo modelo de elaboração do Orçamento.

Na opinião de Fernando Bezerra, a proposta orçamentária do Executivo deveria chegar ao Congresso “em abril ou maio” do ano anterior, permitindo uma análise mais detalhada dos investimentos.

Ele se mostrou favorável à redução das emendas de bancadas estaduais e ao aumento das emendas parlamentares individuais.

O líder do governo elogiou o Orçamento para 2005, citando como conquistas a concessão de aumento real de quase 10% para o salário mínimo, o reajuste da tabela do Imposto de Renda e a previsão de despesas para o ressarcimento aos estados. Mas, para Bezerra, o maior mérito de Romero Jucá foi ter conseguido dobrar o volume destinado aos investimentos. Com isso, avaliou Bezerra, o governo deverá manter o “país no rumo do crescimento”.

Recuperação da economia eleva receita

Com o melhor desempenho da economia neste segundo semestre, a previsão de que essa recuperação se prolongue em 2005, e mais recursos provenientes de ganhos na Justiça, o Comitê de Avaliação de Receita Orçamentária identificou um acréscimo de R\$ 23,7 bilhões para ajudar a fechar as contas do orçamento fiscal e da seguridade social do próximo ano. Essa nova estimativa, considerada um recorde dos últimos anos, consta do relatório final do senador Romero Jucá, aprovado ontem.

O efeito positivo sobre o Orçamento de 2005, que elevou a previsão de receita bruta do governo federal de R\$ 457,5 bilhões para R\$ 481,06 bilhões, foi obtido com um aumento na arrecadação da Receita Federal

de R\$ 4,92 bilhões em relação ao que estava previsto para o segundo semestre de 2004. A revisão dos parâmetros macroeconômicos, puxados por um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,32% no lugar da projeção original de 4%, contribuiu com outros R\$ 4,58 bilhões, totalizando R\$ 9,5 bilhões.

A esse acréscimo de arrecadação, os técnicos da Comissão Mista de Orçamento (CMO) somaram mais R\$ 13,2 bilhões das chamadas receitas atípicas, que são, por exemplo, aquelas provenientes de cobranças judiciais ou de sentenças. O maior reforço, nesse caso, veio da posição favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento dos créditos presumidos do Imposto sobre

Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de insumos isentos. Dos 11 ministros do STF, seis já se manifestaram a favor do fisco e apenas um contra.

Essa decisão do Supremo deve render R\$ 5 bilhões ao fisco, além da retomada do fluxo de recolhimento do IPI de mais R\$ 1,25 bilhão. Os técnicos da comissão também contam com R\$ 1,35 bilhão obtidos da cobrança do Imposto de Renda em 135 mil processos. Fora isso, os cofres federais poderão obter outros R\$ 5,55 bilhões de receitas atípicas em vários tributos, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Renda e PIS/Pasep.

Mudança

Romero Jucá ressaltou em seu relatório final a necessidade de modificar as regras de organização e tramitação do Orçamento. Ele sugeriu que o poder decisório não fique concentrado apenas na CMO. As comissões temáticas poderiam, na avaliação de Jucá, discutir, deliberar, acompanhar e fiscalizar os recursos orçamentários de cada uma de suas áreas de competência, observados os limites definidos na comissão mista, à qual caberiam os aspectos estruturais do gasto e a sistematização final da peça orçamentária.

